



**CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA DE MIGUEL PEREIRA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**



CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE MIGUEL PEREIRA S.A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de Administração

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores da
Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.
Miguel Pereira - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A. (“Companhia”)** em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **Miguel Pereira**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas, as quais emitimos parecer em 22 de julho de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2025

FLB AUDITORES S/S
CRC 2SP046860/O-5

Fernando Luis de Barros
Sócio - Diretor
Contador 1SP292087/O-3
CNAI 5966

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

Apresentamos o Relatório de Administração da Miguel Pereira Luz, Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira, referente ao exercício de 2024. Este relatório tem como objetivo fornecer uma visão abrangente das atividades e do desempenho da empresa, destacando os principais avanços, desafios e perspectivas para o futuro.

Considerações Operacionais

O ano de 2024 foi marcado pela estabilidade operacional e pela consolidação dos ganhos obtidos com os investimentos realizados nos primeiros anos da concessão. O parque de Miguel Pereira seguiu operando com eficiência e alta confiabilidade. O nível de atendimento corretivo permaneceu em patamares muito baixos, confirmando a assertividade na escolha dos equipamentos instalados e a parceria eficaz com a distribuidora. Reforçamos a estrutura de atendimento e manutenção com a integração de soluções digitais de rastreabilidade e gestão, alinhadas à estratégia do grupo de aplicar tecnologia e inteligência nas concessões

Neste ano, avançamos na integração operacional com outras concessões do grupo, buscando padronizar processos, compartilhar recursos e reduzir overhead. A sinergia gerada entre as empresas controladas pela Endor Energia tem se traduzido em ganhos concretos de eficiência e escalabilidade.

Miguel Pereira segue apresentando um crescimento exponencial no setor turístico, com aumento constante da movimentação noturna em pontos históricos, gastronômicos e de lazer. Isso exige da concessionária uma atenção redobrada à iluminação especial, decorativa e de destaque urbano. A valorização do ambiente noturno tem sido uma prioridade do município, e a Miguel Pereira Luz tem se empenhado em acompanhar esse movimento.

Considerações Financeiras

Sob a perspectiva financeira, o ano de 2024 foi atípico. A arrecadação da COSIP ficou abaixo do valor da contraprestação prevista em contrato, gerando atrasos nos repasses e tensionando o equilíbrio financeiro da operação. Foi um período de grandes desafios, no qual a empresa precisou redobrar seus esforços para manter a eficiência e reduzir custos sem comprometer a qualidade do serviço prestado.

Apesar desse cenário adverso, a Miguel Pereira Luz manteve resultado positivo, graças a uma gestão disciplinada dos recursos e ao compromisso com a continuidade da operação. A reavaliação dos contratos de fornecimento, a amortização progressiva das obrigações financeiras e a integração com as demais SPEs do grupo contribuíram decisivamente para preservar a geração de caixa e manter o cumprimento de todas as obrigações legais, contratuais e fiscais.

Sustentabilidade e Inovação

A Miguel Pereira Luz segue alinhada às diretrizes de sustentabilidade e à política de transição energética do grupo. A eficiência luminosa alcançada e o baixo consumo médio por ponto reafirmam o compromisso com a redução da pegada de carbono. Em 2024, demos início a testes de soluções digitais em campo com base em IA dentro a elaboração de projeto piloto coordenados pela área de inteligência da Endor.

Considerações Finais

A Miguel Pereira Luz encerra o ano de 2024 com orgulho dos avanços alcançados, consolidando-se como referência em eficiência e qualidade entre as concessões de iluminação pública no estado do Rio de Janeiro. A gestão integrada, a adoção de tecnologias inovadoras e a postura colaborativa com o poder concedente e com os municípios são pilares que continuarão guiando nosso trabalho.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e órgãos públicos que nos acompanham nessa missão de transformar a infraestrutura urbana através de uma iluminação pública moderna, inteligente e sustentável.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Balanças patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

ATIVO	NOTA	2024	2023
Circulante		4.116.298	2.944.776
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.625	287.508
Contas a receber	4	3.825.798	2.327.000
Tributos a compensar e a recuperar	5	283.021	325.845
Despesas antecipadas		3.854	4.422
Não Circulante		23.259.318	24.090.837
Contrato de Concessão - Ativo Financeiro	7	22.407.862	21.762.252
Financiamentos e empréstimos		-	1.610.743
Imobilizado	8	851.455	-
Projeto em Desenvolvimento	9	-	717.842
TOTAL DO ATIVO		27.375.615	27.035.613
PASSIVO			
Circulante		1.823.650	1.908.388
Fornecedores		34.069	1.200
Obrigações trabalhistas	10	75.433	51.180
Tributos a recolher	11	260.402	220.838
Contas a Pagar		19	3.657
Direito de Uso - Investimento em Luminárias	12	1.053.899	1.028.498
Outras obrigações de ativo de contrato	13	368.786	368.786
Outras obrigações		31.042	31.042
Dividendos Obrigatórios		-	203.187
Não Circulante		10.111.890	11.310.343
Tributos a recolher	11	3.158.572	3.124.648
Direito de Uso - Investimento em Luminárias	12	336.232	1.296.915
Obrigações Contratuais	13	4.974.748	4.510.705
Dividendos Propostos	14	1.642.339	2.378.075

Patrimônio Líquido	15	15.440.075	13.816.882
Capital social		920.000	920.000
Reserva Legal		184.000	184.000
Reserva de capital		-	10.327.181
Reserva de lucros		9.702.378	-
Reserva de Lucros a realizar		3.049.697	1.685.701
AFAC		1.584.000	700.000
TOTAL DO PASSIVO		27.375.615	27.035.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>NOTA</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITA BRUTA		5.553.500	4.916.111
Impostos sobre vendas		(680.304)	(602.223)
RECEITA LÍQUIDA	16	4.873.196	4.313.887
Custos de serviço prestado	17	(1.035.388)	(849.700)
LUCRO BRUTO		3.837.808	3.464.187
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.826.341)	(2.070.933)
Despesas administrativas	18	(946.432)	(1.205.914)
Resultado financeiro	19	2.696.980	2.432.935
Depreciação e amortização		(811.144)	(815)
Outras receitas e despesas	20	(2.765.745)	(3.297.138)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		2.011.467	1.393.254
IRPJ	21	(407.359)	(152.663)
CSLL	21	(155.289)	(63.599)
IRPJ - Diferido e Prejuízo Fiscal	21	(39.959)	523.453
CSLL - Diferido e Base Negativa	21	(14.385)	188.443
LUCRO DO EXERCÍCIO		1.394.474	1.888.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	2024	2023
Lucro do exercício	1.394.474	1.888.889
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.394.474	1.888.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Descrição	Reserva de lucro					Reserva de Lucros a realizar	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Reserva de Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	920.000	184.000	10.327.180	-	-	-	700.000	12.131.180
Resultado do Exercício	-	-	1.888.889	-	(1.685.701)	-	-	203.187
Dividendos Propostos	-	-	(203.187)	-	-	-	-	(203.187)
Reserva de Lucro	-	-	115.846	(115.846)	-	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	1.685.701	-	-	1.685.701
Saldos em 31 de dezembro de 2023	920.000	184.000	12.012.882	-	-	-	700.000	13.816.882
Resultado do Exercício	-	-	1.394.474	-	-	-	-	1.394.474
Reserva de Lucros a realizar	-	-	(3.049.697)	-	3.049.697	-	-	-
Aporte	-	-	-	-	-	884.000	884.000	884.000
Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	(655.281)	-	-	-	-	(655.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	920.000	184.000	9.702.378	-	3.049.697	-	1.584.000	15.440.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	2024	2023
Saldo Inicial:		
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	2.011.467	1.393.254
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	811.144	815
IRPJ Corrente	(407.359)	(152.663)
CSLL Corrente	(155.289)	(63.599)
IRPJ - Diferido e Prejuízo Fiscal	(39.959)	523.453
CSLL - Diferido e Base Negativa	(14.385)	188.443
Ajuste de Períodos Anteriores	(655.281)	-
	1.550.337	1.889.704
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição no capital circulante:		
Redução (Aumento) de contas a receber de clientes e outras	(1.498.798)	-
Impostos a Recuperar	42.825	(650.346)
(Redução) Aumento de outros ativos	-	1.199
(Redução) Aumento de contas a pagar a fornecedores e outras	(442.008)	971
Salários e Encargos sociais	25.819	12.037
Obrigações tributárias	71.922	(549.442)
Partes relacionadas	-	(133.500)
Contrato de Concessão	-	(1.194.259)
Despesas Antecipadas	568	578
Direito de uso	935.282	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(249.336)	(625.001)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao imobilizado	(51.856)	772.097
Aquisição de Investimentos	-	(17.842)
Ativo financeiro - Contratos de concessão	(645.611)	-
Custos com modernização - Concessão	717.842	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	20.376	754.255

FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Destinação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(308.813)
Captações de empréstimos	-	-
Reserva de Lucros	-	292.447
AFAC	884.000	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(938.924)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(54.924)	(16.366)
Aumento (Diminuição) nas Disponibilidades	283.883	112.888
Varição no saldo de disponibilidades		
No início do exercício	287.508	174.620
No final do exercício	3.625	287.508
Saldo Final	283.883	112.888

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S/A, ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia tem sede na Cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro, à Av. Marechal Rondon, nº 1.400, Lote 1 e 2 – quadra 3, Barão de Javari, CEP 26.900-000.

Tem como objeto social a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Miguel Pereira – RJ, nos termos do contrato de Concessão firmado com o Município, decorrente do edital da Concorrência nº 001/2018. O objeto prevê, também, a execução de atividades correlatas e exploração de fontes de receitas acessórias, nos termos do Contrato de Concessão, sendo vedada a prática de quaisquer atos estranhos ao objeto social.

A remuneração do Poder Concedente à Companhia, pelos serviços prestados, ocorre através do pagamento das contraprestações mensais. O pagamento dos valores devidos à Concessionária é realizado e assegurado pelo crédito orçamentário das dotações, incluindo seus correspondentes nos anos subsequentes e suas eventuais suplementações.

O prazo da concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, admitida a sua eventual prorrogação, na forma do Contrato de Concessão e de acordo com o estipulado no artigo 5º, inciso I da Lei Federal nº 11.079/04.

A duração da Companhia corresponde ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, e posterior apuração e liquidação dos haveres sociais que se façam devidos.

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis individuais (em conjunto denominadas "demonstrações contábeis") pela Administração ocorreu em 10 de março de 2025.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis incluem as informações da Companhia e suas controladas, descritas acima. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:

- As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas;
- Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados;

Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora.

b) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

d) Investimento

Estão demonstrados ao custo de aquisição e, quando aplicável, deduzidos ao valor de realização. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Nas demonstrações contábeis consolidadas reconhece-se os ativos, passivos, receitas e despesas das respectivas empresas controladas. As distribuições recebidas dessas investidas reduzem o valor contábil do investimento.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

f) Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Impostos sobre a receita

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Provisões para risco de crédito

As provisões para risco de crédito estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Este critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, os quais são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

3. Caixa, equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixas e Bancos	3.625	224.508
Aplicações financeiras	-	63.000
	<u>3.625</u>	<u>287.508</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa têm vencimentos inferiores a três meses contados da data de contratação, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores a três meses, emitidos por instituições financeiras de primeira linha e que têm remuneração média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

Saldo com as contas a receber, como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes	1.498.798	-
Contrato de Concessão - Ativo Financeiro (a)	2.327.000	2.327.000
	<u>3.825.798</u>	<u>2.327.000</u>

(a) Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública dos municípios de Miguel Pereira, cujo prazo de concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

5. Tributos a compensar/ recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a Recuperar	17.576	217.488
INSS a Compensar	265.444	108.357
	<u>283.021</u>	<u>325.845</u>

6. Transações com partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

Empresa	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Concessionária Miguel Pereira	-	-	3.657	-
Endor Energia S.A.	-	-	-	200.000
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.657</u>	<u>200.000</u>

7. Contrato de Concessão – Ativo Financeiro

A Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira, investida da Endor Energia S.A., possuem Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública junto ao município de Miguel Pereira, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Concessionária reconhece em seu ativo, a totalidade do contas a receber pelos 25 (vinte e cinco) anos do Contrato de Concessão, uma vez que esses ativos derivam de um acordo contratual existente e a Companhia possui o direito legal de receber pelos serviços que estão sendo prestados.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contrato de Concessão	22.407.862	21.762.252
	<u>22.407.862</u>	<u>21.762.252</u>

8. Imobilizado

Composição dos saldos

Movimentação

Descrição	2024				2023		
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	3.222	1.262	1.960	3.223	940	2.282
Computadores	20%	12.137	3.527	8.610	7.105	1.408	5.697
Direito de Uso (Aditivo I)	20%	3.038.136	2.633.051	405.085	3.163.136	2.161.476	1.001.660
Direito de Uso (Aditivo II)	20%	901.656	465.856	435.800	901.656	300.552	601.104
		<u>3.955.151</u>	<u>3.103.696</u>	<u>851.455</u>	<u>4.075.119</u>	<u>2.464.376</u>	<u>1.610.743</u>
Custo							
Móveis e utensílios		3.222	-	-	3.222	-	-
Computadores		7.105	5.032	-	12.137	-	-
Direito de Uso (Aditivo I)		3.163.136	-	125.000	3.038.136	-	-
Direito de Uso (Aditivo II)		901.656	-	-	901.656	-	-
		<u>4.075.119</u>	<u>5.032</u>	<u>125.000</u>	<u>3.955.151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Depreciação

Móveis e utensílios	940	322	-	1.262
Computadores	1.408	2.030	89	3.527
Direito de Uso (Aditivo I)	2.161.476	628.461	156.885	2.633.051
Direito de Uso (Aditivo II)	300.552	180.331	15.028	465.856
	2.464.376	811.144	171.824	3.103.696
Imobilizado líquido	1.610.743	806.112	46.824	851.455

9. Projeto em Desenvolvimento

Composição dos saldos

Descrição	Taxa de depreciação	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Projeto - Iluminação PPP	-	-	-	-	717.842	-	717.842
		-	-	-	717.842	-	717.842

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

10. Obrigações trabalhistas e encargos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários a Pagar	13.636	14.303
IRRF - Trabalho Assalariado	2.865	1.566
INSS a Recolher	9.036	6.334
FGTS a Recolher	2.995	2.155
Férias	34.665	19.817
INSS s/ Férias	9.464	5.419
FGTS s/ Férias	2.773	1.585
	<u>75.433</u>	<u>51.179</u>

11. Obrigações fiscais

Circulante	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	18	68
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	136.567	90.038
ISS - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	13.884	13.884
PIS - Programa de Integração Social	4.757	4.858
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	21.912	22.386
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	59.000	41.424
CSRF - Contribuição Social de Retidos na Fonte	56	212
Imposto de renda retido na fonte sobre aluguel	471	-
Parcelamento Fiscal	23.738	47.968
	<u>260.402</u>	<u>220.838</u>
Não circulante	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ - Imposto de renda Diferido	2.518.265	2.478.305
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido diferida	620.525	606.140
Parcelamento Fiscal PNC	19.782	40.203
	<u>3.158.572</u>	<u>3.124.648</u>

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

12. Direito de Uso – Investimentos em Luminárias

Ativo constituído em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Direito de Uso (Aditivo I) - Invest em Luminárias	1.050.000	1.950.000
Juros Direito de Uso (Ad I) - Invest em Luminárias	(74.722)	(240.360)
Direito de Uso (Aditivo II) - Invest em Luminárias	462.000	726.000
Juros Direito de Uso (Ad II) - Invest em Luminárias	(47.146)	(110.227)
	<u>1.390.131</u>	<u>2.325.413</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	1.053.899	1.028.498
Não circulante	336.232	1.296.915
	<u>1.390.131</u>	<u>2.325.414</u>

Contrato de arrendamento de luminárias firmado entre a Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira, investida da Endor Energia S.A., junto a Stylux Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A – CNPJ: 36.012.916/0001-09, considerando que a arrendadora é fabricante e detentora de equipamentos compostos por módulo emissor de luz de LED, carcaça e outros componentes responsáveis pelo direcionamento, fixação e proteção da fonte de luz (sendo esse conjunto denominado “Luminárias”) que permitem a redução de custos e otimização do consumo de energia. O arrendador tem a obrigação de vender a Companhia, pelo preço total de R\$ 1,00 (um real), a totalidade das luminárias arrendadas no âmbito do Contrato de Arrendamento de Luminárias.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

13. Obrigações Contratuais – Ativo Financeiro

A Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira, controlada da Endor Energia S.A., possui Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública junto ao município de Miguel Pereira, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Concessionária reconhece em seu passivo, a totalidade das obrigações contratuais que serão incorridas ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos dos Contratos de Concessão, uma vez que esse passivo deriva de um acordo contratual existente e a Companhia possui a obrigação de honrar.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Obrigações Contratuais - Ativo Financeiro	5.343.534	4.879.491
	<u>5.343.534</u>	<u>4.879.491</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	368.786	368.786
Não circulante	4.974.748	4.510.705
	<u>5.343.534</u>	<u>4.879.491</u>

14. Dividendos Propostos

Saldo residual dos dividendos propostos, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Endor Energia S.A.	1.642.339	2.378.075
	<u>1.642.339</u>	<u>2.378.075</u>

No ano de 2024, não houve destinação de dividendos, uma vez que os lucros não realizados superaram o resultado do exercício.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

Acionistas	2024		2023	
	Quantidade de quotas	Participação	Quantidade de quotas	Participação
Endor Energia S.A.	100	100%	100	100%
Total de ações	100	100%	100	100%
Patrimônio Líquido	2024	2023		
Capital social	920.000	920.000		
Reserva Legal	184.000	184.000		
Reserva de lucros	9.155.541	10.327.181		
Reserva de Investimentos	546.837	-		
Reserva de lucros a realizar	3.049.697	1.685.701		
AFAC	1.584.000	700.000		
Total	15.440.075	13.816.882		

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 920.000,00 divididos em 100 quotas.

b) Destinações do lucro

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, artigo 193).

A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal e deduzido dos lucros não realizados decorrentes das atualizações do Ativo Financeiro.

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

A reserva para investimentos será constituída com valor entre 5% e 75% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, respeitando o limite máximo de 80% do capital social subscrito, e terá como finalidade o financiamento dos investimentos da Companhia no Contrato de Concessão.

A Companhia celebrou um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para concessão de iluminação pública, com prazo de 25 anos, reconhecendo a receita total no momento inicial (D0) e sua atualização anual, conforme os CPCs 47 e 17. Esse reconhecimento resultou em um lucro líquido significativo, cuja realização financeira ocorrerá ao longo do contrato. Para preservar a liquidez e a continuidade operacional, foi constituída uma Reserva de Lucros a Realizar.

Em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia efetuará a destinação do saldo existente em reserva de lucros, conforme determinado em seu Estatuto e Lei nº 6.404/76.

16. Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Serviços		
Receita Serviços Prestados	5.553.500	4.916.111
(-) Deduções da Receita Bruta		
(-) Impostos Incidentes s/ Faturamento		
ISS	(166.605)	(147.483)
PIS	(91.633)	(81.116)
COFINS	(422.066)	(373.624)
	<u>4.873.196</u>	<u>4.313.887</u>

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

17. Custos dos serviços prestados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos Operacionais		
Epi	2.155	7.621
Apoio Técnico	77.067	85.757
Materiais	101.050	32.880
Combustível	44.217	20.322
Energia Elétrica Parque	681.515	552.004
Software	-	36.659
Seguros	1.299	17.519
Uniforme	-	10.948
Locação	370.802	291.499
Assessorias e Consultorias	-	2.982
Fretes	2.550	-
(-) Créditos Tributários	(245.267)	(208.491)
Custos dos serviços prestados	<u><u>1.035.388</u></u>	<u><u>849.700</u></u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	544.977	490.861
Aluguéis	59.181	-
Internet	665	1.458
Telefonia/ telecomunicações	1.182	1.423
Energia Elétrica	5.460	5.646
Serviços Prestados PJ	518	175.088
Serviços de Limpeza	7.986	1.400
Certificado Digital	-	150
Informática	96.968	589
Lanches / Restaurante	2.395	903
Estacionamento	336	276

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Passagens Aéreas e Ônibus	119	-
Combustível	1.275	4.063
Fretes e Correios	1.700	3.334
Outros Materiais	-	84.307
Materiais elétricos e eletrônicos	489	3.694
Materiais de uso e consumo	1.407	30.908
Uniformes e EPI	313	63.199
Contabilidade	64.334	77.959
Consultoria	72.271	82.505
Outras	3.094	-
Auditoria	14.200	18.500
Advocacia	32.500	84.000
Conselhos Regionais	-	3.491
Reembolsos	-	2.127
Despesas com Cartões de Créditos	35.062	70.034
	946.432	1.205.915

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

19. Resultado financeiro, líquido

As receitas (despesas) financeiras dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas como segue:

	2024	2023
Despesas Financeiras		
Multas	-	(252)
Tarifas Bancárias	(6.675)	(9.002)
Juros e Multas	(7.041)	(10.170)
Juro / (Aditivo I)	(165.638)	(321.557)
Juro / (Aditivo II)	(63.080)	(68.423)
Ajuste a Valor Presente - Obrig Contratuais	(241.900)	(230.414)
Atualização IPCA - Obrig Contratuais	(243.872)	(238.038)
IOF	(15)	(1)
PIS s/ Receitas Financeiras	(48)	(276)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(227)	(1.700)
	(728.498)	(879.833)
	2024	2023
Receita Financeiras		
Atualização IPCA - Ativo Financeiro	1.172.072	1.308.721
Ajuste a Valor Presente - Ativo Financeiro	2.250.288	2.056.038
Descontos Obtidos	3	-
Rendimento Aplicação Financeira	442	42.499
Receitas Financeiras	2.671	-
	3.425.477	3.407.258
Resultado financeiro	2.696.980	2.527.425

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

20. Outras receitas e despesas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos / Taxas e Contribuições	(1.927)	(28.576)
Outras Despesas	-	(32.795)
Depreciação Arrendamento Mercantil	-	(777.712)
Amortização de Ativo Financeiro	(2.776.750)	(2.458.055)
Outras Receitas	12.932	-
	<u>(2.765.745)</u>	<u>(3.297.138)</u>
Outras despesas e receitas operacionais	<u>(2.765.745)</u>	<u>(3.297.138)</u>

21. Imposto de renda e contribuição social corrente / diferido

As despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos correntes		
Imposto de renda - Corrente	(407.359)	(152.663)
Contribuição social - Corrente	(155.289)	(63.599)
	<u>(562.648)</u>	<u>(216.262)</u>
Impostos diferidos		
Imposto de renda - Diferido	(39.959)	523.453
Contribuição social - Diferida	(14.385)	188.443
	<u>(54.345)</u>	<u>711.896</u>

Concessionária de Iluminação Pública de Miguel Pereira S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

22. Seguros

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, manteve cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.